



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A Gestão Universitária: acessibilidade e Políticas
Institucionais para a Inclusão Educacional**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Anelise dos Santos da Costa

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

A GESTÃO UNIVERSITÁRIA: ACESSIBILIDADE E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL.

por

Anelise dos Santos da Costa

Monografia apresentada junto ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial à obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Soraia Napoleão Freitas

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**A GESTÃO UNIVERSITÁRIA: ACESSIBILIDADE E POLÍTICAS
INSTITUCIONAIS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL**

Elaborada por
Anelise dos Santos da Costa

Como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão
Educativa

Comissão examinadora:

**Prof^ª. Dr. Soraia Napoleão Freitas
(presidente/orientadora)**

Prof^ª. Ms. Tatiane Negrini

Prof^ª. Ms. Vaneza Cauduro Peranzoni

Prof. Ms. Arlei Peripolli (suplente)

Santa Maria, 05 de outubro de 2010

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha querida mãe, e às amigas Leticia, Leandra, Caroline e Carla, ouvintes incansáveis das minhas preocupações quanto a minha escrita.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, que me deu uma nova chance de estar aqui, e adquirir novos conhecimentos...

À minha mãe, que com a ajuda de Deus, conseguiu me auxiliar, material e moralmente, a chegar até aos estudos acadêmicos. E que também, com tanta paciência, ouviu minhas idéias e me doou muita energia...

Também gostaria de agradecer aos mentores espirituais que, nos momentos de crise, vieram em meu auxílio e doaram as energias necessárias a refazer-se e continuar minha luta...

À Professora Soraia, que deposita confiança nos trabalhos de suas orientandas, bem como o carinho com que nos trata. Obrigada pelo auxílio que sempre me deu...

Ao Ronai, amigo, namorado e ouvinte. Tantos dias (que já eram poucos) deixamos de nos encontrar para que este trabalho fosse realizado...

Por fim, e não menos importante, às amigas: Carol, Letícia, Leandra, Carlinha, Tati e Nati. Foram verdadeiros guindastes que me erguiam, empurravam e, também, auxiliavam...

...a todos **Muito obrigada!!!**,

Resumo

Monografia de especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A Gestão Universitária: acessibilidade e Políticas Institucionais para a Inclusão Educacional

AUTORA: Anelise dos Santos da Costa
ORIENTADORA: Soraia Napoleão Freitas
Santa Maria, 05 de outubro de 2010.

O presente estudo teve como objetivo buscar caminhos de como vêm sendo reconhecidas as políticas públicas de educação inclusiva no ensino superior e articuladas com as medidas de acessibilidade. Para a realização de tal investigação foi necessário recorrer aos conceitos dos diferentes elementos que compõem a gestão de uma instituição de ensino, ou seja, estiveram presentes ao longo da escrita, o projeto pedagógico institucional, a gestão educacional e universitária, bem como as políticas públicas educacionais e de inclusão educacional. No decorrer do estudo, o intuito foi de relacionar os subsídios acima descritos com o processo de inclusão e de acesso de acadêmicos com necessidades educacionais especiais. Como suporte metodológico para a realização do estudo, foi utilizada uma pesquisa documental, descritiva, com abordagem qualitativa, pois a intenção não foi a de elencar e mensurar de forma numérica, mas sim, proporcionar ao leitor como o processo de inclusão é percebido na Universidade Federal de Santa Maria, sujeito desta pesquisa. Assim, como resultado desta pesquisa, foi possível reconhecer a necessidade de referências a cerca das ações inclusivas propostas pela instituição, no projeto político institucional.

Palavras-chave: Gestão Educacional, Inclusão, Projeto Pedagógico Institucional.

ABSTRACT

Monografia de especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

The University management: institucional accessibility and Politics for the Educational Inclusion

AUTHOR: Anelise dos Santos da Costa
ORIENTING: Soraia Napoleão Freitas
Saint Maria, 05 of October of 2010.

The present study it has as objective to search ways of as they see being recognized to the public of inclusive education in superior education and articulated politics with the measures of accessibility. For the accomplishment of such inquiry it was necessary to appeal to the concepts of the different elements that compose the Management of an education institution, that is, had been gifts throughout the writing, the Institucional Pedagogical Project, the educational and University management, as well as educational the public Politics and of educational Inclusion. In elapsing of the study intention was to relate the above described subsidies with the process inclusion and access of academics with educational necessities special. As metodológico support for the accomplishment of the study a documentary research was used, descriptive, with qualitative boarding, therefore the intention was not of elencar and mensurar of numerical form, but yes, to provide to the reader as the inclusion process is perceived by the Federal University of Saint Maria, citizen of this research. Thus, as resulted of this research, it was possible to recognize the necessity of references about the inclusive actions proposals for the institution, in the project institucional politician.

key -Words: Educational management, Educational Inclusion, Institucional Pedagogical Project.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. Apresentação..... | 09 |
| 2. Introdução..... | 10 |
| 3. Revisão de Literatura..... | 13 |
| 3.1 O que é gestão? | 13 |
| 3.1.1Gestão universitária..... | 16 |
| 3.2 Conceito de Políticas públicas..... | 18 |
| 3.2.1 As políticas e a Legislação Inclusivas..... | 21 |
| 3.3 Projeto Pedagógico Institucional..... | 26 |
| 4. Encaminhamentos da pesquisa..... | 32 |
| 4.1 Análise..... | 34 |
| 5. Considerações finais..... | 38 |
| 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 40 |

1. APRESENTAÇÃO

Muitos são os estímulos os quais nos levam a iniciar uma pesquisa, pois ela parte de elementos que vemos durante nosso processo de formação. É do contato com as diferentes temáticas que afloram em nosso íntimo para iniciarmos uma investigação de cunho acadêmico.

Posso dizer que a intenção de realizar esta investigação partiu do meu trajeto de formação, ou seja, minha formação inicial em Educação Especial, curso no qual o debate em torno do tema inclusão educacional é muito difundido, e de minha passagem pelo curso de Gestão Educacional que nos possibilita um entendimento a respeito da sistematização do ensino no Brasil. Ainda, outro fator que me levou a realizar esta pesquisa foi a experiência vivenciada num projeto de pesquisa cujos objetivos eram mapear os acadêmicos com necessidades especiais, bem como conhecer a percepção destes sujeitos em relação ao seu processo de inclusão educacional de forma ampla, partindo das vivências na educação básica, até o ensino superior.

Ao participar desta pesquisa, pude ter uma dimensão de como começaram a ser articuladas às medidas de acesso e permanência de tais sujeitos na Universidade Federal de Santa Maria. Desta forma, ao buscar aliar os conhecimentos a respeito da inclusão educacional, com os conhecimentos de gestão educacional, esta pesquisa aqui apresentada trouxe a gestão da educação, bem como a inclusão como função de todos os envolvidos na educação.

A organização desta investigação trouxe estudos sobre gestão educacional e gestão do ensino superior; o projeto político institucional e suas relações com a inclusão educacional; as políticas públicas em educação, e as políticas de inclusão educacional, bem como o processo de inclusão educacional no ensino superior.

Sendo assim, o intento desta pesquisa foi de relacionar os âmbitos da educação, estudando os contornos da organização e sistematização do ensino, buscando remexer os bastidores da educação, pensando no processo de construção de um ensino universitário inclusivo, partindo de uma gestão fundamentada no pensamento de que a educação é um direito de todos, considerando que as diferenças sempre existirão.

2. INTRODUÇÃO

O tema educação inclusiva tem sido uma mola propulsora para a reflexão de muitos educadores e educadoras dos diferentes níveis de ensino, pois sua complexidade vai além de um discurso ideológico, exigindo uma prática visível, que necessita de mudanças nos textos oficiais (projeto político pedagógico e regimento), em conformidade com os textos legais, a fim de amparar as ações que o ambiente de ensino, no caso deste trabalho, o ensino superior, possa realizar para a promoção de acessibilidade com vistas a um processo de inclusão que considere as particularidades de todos.

Entre as principais questões a serem abordadas neste trabalho, estão a concordância dos textos utilizados para orientar as ações de acessibilidade do ensino superior com o que as políticas públicas trazem como prerrogativas a serem consideradas e implementadas num processo de inclusão educacional, nos diferentes níveis de ensino brasileiro.

Outro fator que contribui para a dificuldade de implantar uma ação inclusiva é a constituição histórica do ensino brasileiro, que apresenta uma organização voltada somente para aqueles que têm condições de frequentá-las, excluindo a participação daqueles que, de alguma forma, apresentam dificuldades de estarem no ambiente educacional.

Desde o período colonial, a educação já tinha um público alvo específico constituído, naquela época, por filhos de aristocratas. No entanto, não é possível, neste momento, discorrer acerca da forma como os planejamentos de todas as instituições de ensino se organizam, mas sim de uma pequena parte deste todo educacional, sendo esta o ensino superior, mais precisamente a Universidade Federal de Santa Maria.

Então é possível observar que a universidade, historicamente, apresenta-se como instituição responsável por conservar e transmitir às novas gerações saberes, cultura e valores construídos ao longo do tempo.

Assim, segundo Dias Sobrinho (2005, p. 170):

A educação superior é um patrimônio público na medida em que exerce funções de caráter político e ético, muito mais que uma simples função instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para

as empresas. Essa função pública é a sua responsabilidade social. Então, é sumamente importante que a educação superior produza conhecimentos e formação com um grande sentido de pertinência social. Por meio do conhecimento e do trabalho de formação, sem abdicar de suas competências críticas, ela deve desenvolver a capacidade de resposta às demandas e às carências da sociedade.

Por ser um dos papéis da universidade avaliar conhecimentos construídos no decorrer da história, demonstrando uma autonomia que a torna diferente das demais organizações educacionais e estabelecendo, ao mesmo tempo, um processo de transformação e conservação do que foi construído e adquirido.

Diante deste contexto, o processo inclusivo pode encontrar barreiras, de maneira que, muitas vezes, os conhecimentos transmitidos e construídos ao longo do tempo carregam consigo o entendimento de que o espaço universitário não apresenta condições favoráveis à aprendizagem de alunos com necessidades especiais, tornando-se, dessa forma, um espaço segregativo. Nesse sentido, a inclusão é um componente essencial para o processo de construção de uma sociedade democrática, que pensa numa real educação para todos, perpassando pela educação básica chegando até o ensino superior.

Quando falamos em inclusão educacional e nas políticas públicas articuladas para tal fim buscamos, na maioria dos casos, discutir esse processo no âmbito da educação básica, em que tais intentos são mais difundidos. No entanto, frente às medidas de acessibilidade que o processo seletivo das instituições de ensino superior proporcionam, segundo Rodrigues (2004), é perceptível o acesso de jovens e adultos caracterizados com necessidades educacionais especiais nos cursos de graduação de muitas instituições de ensino superior.

Pensar na educação sob uma ótica inclusiva é ampliar e articular medidas que busquem valorizar o homem e suas diferenças, tendo neste sentido, o auxílio de dispositivos legais que tenham por intuito a promover o acesso de alunos com necessidades especiais, em todos os âmbitos da educação.

Assim, segundo Castanho (2007, p. 41):

Os dispositivos legais imprimem a necessidade em promover ações que devem ser aprovadas e implementadas gradativamente, cabendo as IES organizar e colocar em prática “respostas educativas” que levem em conta as diferenças entre as pessoas.

Neste sentido é que observa-se a importância dos recursos legais na promoção da inclusão, identificando o quanto a organização de uma instituição influencia na viabilização dos decretos, leis e políticas direcionadas à educação.

O objetivo deste trabalho é investigar como vêm sendo reconhecidas as políticas públicas de educação inclusiva no ensino superior articuladas com as medidas de acessibilidade, estabelecendo como objetivos específicos:

- tencionar como os elementos da gestão agem perante a relação das políticas públicas com a acessibilidade no ensino superior;
- investigar como a universidade está constituindo-se das relações de seu PPI, com as questões da acessibilidade/ inclusão.

Com base no exposto, justifica-se a realização desta pesquisa na Universidade Federal de Santa Maria, no intuito de descrever as articulações realizadas pela instituição, em seus documentos orientadores, para o processo de inclusão educacional de acadêmicos com necessidades educacionais especiais, conforme o que preconiza a nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

Pensar em inclusão educacional é falar em algo que se caracteriza, não como uma ação estanque, mas sim como um processo contínuo, sem perspectiva de finalização e que sempre estará alcançando e propondo novos objetivos que tenham por finalidade promover a participação de todos e uma busca contínua pela melhor maneira de responder às diferenças, constituindo-se, portanto, numa diferente visão da educação baseada na diversidade.

Neste sentido, para a implementação de estratégias que busquem abordar a temática da educação inclusiva, é necessário um trabalho efetivo e conjunto entre os docentes do ensino superior e coordenadores/gestores de cursos de formação de professores, observando-se assim, o papel importante de uma gestão participativa, que busca aliar às políticas educacionais às ações administrativas no contexto ao qual sua prática está organizada.

Diante de tal afirmação, busca-se o acesso de todos ao que a universidade tem a oferecer aos seus acadêmicos, ampliando a participação dos mesmos nos estabelecimentos de ensino, considerando suas reais condições de aprendizagem, bem como a interação destas características com o meio ao qual buscam estar inseridos.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O que é gestão?

Ao falar em Gestão da educação, é necessário, primeiramente, realizarmos um breve resgate histórico, perpassando pelos diferentes momentos nos quais a organização da educação vivenciou ao longo do tempo, bem como de suas transformações conceituais, que leva-nos a chegar na atual maneira de pensar a gestão educacional.

A sociedade, como organismo vivo, passa por transformações que influenciam diretamente na organização de nossa educação e, nesse sentido, ao revisitarmos a história da administração da educação, partimos do cenário educacional brasileiro da época colonial, organizado pela instituição católica portuguesa, com características elitistas que delegavam o ensino acadêmico somente aos aristocratas, enquanto que aos demais ficava o ensino religioso e o de ofícios.

No entanto, com o advento do iluminismo, tal estrutura de ensino portuguesa entra em defasagem em relação às demais nações européias e, com sua estagnação econômica, Portugal remete a culpa destes acontecimentos à forma de organização do ensino Jesuíta. Por esta razão, em 1759, segundo (Baptaglin e Oliveira), envia a coroa portuguesa para a colônia brasileira, Marquês de Pombal, com a finalidade de expulsar os jesuítas da educação. Ocorre então, neste período, uma estagnação de treze anos no sistema educacional, até a organização do ensino pelos preceptores, o que inicia então, os primeiros traços da educação pública no Brasil.

Com a vinda da Família Real, em 1808, inicia-se a organização dos primeiros cursos de Ensino Superior destinados, ainda, aos filhos de aristocratas. Após a independência do Brasil, foi elaborada a Primeira Constituição imperial, que muito embora não apresentasse um texto direcionado à educação, trouxe algumas bases arraigadas dos princípios doutrinários baseados no progresso, na ordem e harmonia, do positivismo francês elucidado por Comte, no século XIX, que exerceu influência em nossas instituições sociais, dentre elas a educação.

Ao ser proclamada a república no Brasil, nos idos de 1889, estrutura-se a Primeira Constituição Republicana (1891) que, segundo Saviani (2008), é marcada pela criação de escolas primárias nos estados, na forma de grupos escolares,

impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano, tendo ocorrido no período de 1890 a 1931.

Com a Crise de 30 e a entrada do governo de Getúlio Vargas nesta mesma década, concretiza-se um grande marco para a educação nacional com a aprovação da Segunda Constituição Brasileira (1934), ou seja, há a regulamentação nacional de escolas secundárias, primárias e superiores, congregando o ideário pedagógico renovador. Como se pode observar, a década de 30 tornou-se um marco educacional com o advento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. E, segundo Libâneo *et. al* (2005, p.133-133) [...] “representou a consolidação do capitalismo industrial no Brasil e foi determinante para o conseqüente aparecimento de novas exigências educacionais. Nos dez primeiros anos que se seguiram, houve um desenvolvimento de ensino jamais registrado no país” .

Diante de tal avanço, também começam as pesquisas em relação à gestão educacional, naquele momento, denominada administração da educação. Neste período, segundo Drabach (2009), “a trajetória da administração da educação toma um novo rumo”, novo capítulo para administração escolar no Brasil. Assim, o contexto educacional via-se imerso em ideais progressistas da educação, num cenário de avanço industrial. Neste sentido via-se uma ampla discussão a respeito da organização educacional, baseando-a na organização de empresas e indústrias, tendo o diretor como figura central, é quem, “*dirige o trabalho modelador de outras vidas, ajuda a progredir, mental e moralmente a comunidade inteira. É o líder, condutor educacional de sua gente, o árbitro nos assuntos de educação.*” (TEIXEIRA, *apud*. Drabach).

Com a implementação do Estado Novo, no período de 1937 a 1945 e com a Terceira Constituição que consolidou a ditadura de Vargas, as discussões em torno da educação e política educacional passaram a ser restritas à sociedade política demonstrando claro processo de centralização do poder.

Com a chamada Reforma Capanema cria-se. em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e em 1946 a Lei Orgânica do ensino primário, do ensino normal e agrícola, bem como a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) Libâneo *et. al* (2005). A partir desse momento, são reabertas as discussões em relação as políticas educacionais, iniciando um debate em relação a votação da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (1961) e segundo Ibid (2005, p. 137):

[...] exigência da Constituição Federal de 1946, envolveu a sociedade Civil, e a lei resultante, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, instituiu a descentralização, ao determinar que cada estado organizasse seu sistema de ensino. Porém o momento democrático que o país vivia não combinava com o centralismo das ditaduras e durou pouco.

Dessa forma, com a chegada do golpe militar de 1964, ocorre novamente o fortalecimento da centralização das políticas educacionais e, muito embora, a Lei 5692 de agosto de 1971 preceituasse a passagem gradual do ensino fundamental aos municípios, os recursos ainda continuavam concentrados no âmbito federal atrelando a autonomia dos municípios e dos estados à União. Já no final da década de 70 e início dos anos 80, o discurso ditatorial e centralizador da organização de políticas educacionais perde força, devolvendo à sociedade civil a possibilidade de participar das decisões que afetariam a educação. Assim, nesse período de 1977 aos anos 90, destaca-se mais as discussões em torno da qualidade da educação, bem como a descentralização da administração, com um pensamento voltado a gestão democrática.

Neste sentido, percebe-se que a discussão em torno de uma gestão propriamente dita ganha evidência, a partir da década de 90, observando-se a substituição do termo Administração, bem como na concepção trazida pelo mesmo. Então, segundo Lazzeri (2008, p. 16) “o conceito de gestão supera a visão puramente administrativa dando maior abrangência ao significado e entendimento da questão”.

Contudo, como entendermos a Gestão educacional?

Segundo Lück (2006, p. 35-36) :

A gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afiando com as diretrizes políticas e educacionais públicas, para a implementação de políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).

Então, entende-se a gestão da educação como um sistema que envolve uma ação ampla, de múltiplas dimensões que necessitam do envolvimento de todos, partindo das políticas educacionais às unidades de ensino. Sendo assim, observa-se que a lógica da gestão segue princípios democráticos, caracterizada pela participação do todo, de forma esclarecida e consciente, nas decisões de planejamento e articulação das várias dimensões que compõe a educação.

Ao organizar o sistema de ensino da forma que todos participem, expressa-se claramente o princípio de gestão democrática, em que a centralização da organização educacional cede espaço para uma ampla participação nas decisões, ou seja, descentralização, havendo ligação direta com a democratização do ensino, bem como a construção de uma autonomia da mesma.

3.1.1 Gestão universitária

Ao pensarmos no conceito teórico sobre gestão da educação, é possível entender que o mesmo refere-se a um processo segundo Bordignon (2001) “ [...] político administrativo contextualizado através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada”. Sendo a gestão da educação ligada intimamente com as políticas educacionais partindo do pressuposto que transforma as metas e objetivos traçados pelas políticas públicas educacionais em ações concretas.

O debate a cerca da gestão da educação, apresenta a possibilidade de uma discussão transversal, pois pode ser realizada tanto em relação a educação básica quanto ao ensino superior, levando em consideração as complexidades de cada nível educacional. Neste sentido, a universidade caracterizada também como um espaço educacional necessita de uma organização de suas ações e tal intento, na educação, se dá através da gestão escolar, no caso específico do ensino superior, gestão Institucional.

Como nas escolas, o ensino superior também necessita de uma gestão que tenha em seus princípios envolver a todos no processo de organização de uma instituição educacional. Para além disso, também é responsável pela implementação de ações que visem melhorar a instituição, tornando-a capaz de comportar as diferenças que existem na sociedade. Neste ponto é que se observa a gestão democrática como uma aliada do processo inclusivo, pois os princípios da primeira

destacam a participação de todos. É possível inferir que a educação inclusiva proporciona um exercício da descentralização das responsabilidades do sistema educacional, fazendo com que todos se percebam parte integrante e responsável pela educação, considerando que, segundo Libâneo *et. al* (2006, p. 328) "A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar".

Também é possível considerar que a gestão da educação é entendida como um processo político-administrativo pela qual a prática da educação é organizada e viabilizada, articulada diretamente com as políticas públicas no campo educacional. E, desta forma, visa a transformar as metas e objetivos das políticas públicas educacionais em ações, conferindo aspecto concreto às diretrizes traçadas pelas políticas públicas.

Ante ao exposto, é importante salientar que a Gestão Educacional, seja qual for o nível de ensino, é um princípio constitucional, tendo no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, amparo ao que chamamos de Gestão democrática, assim como no artigo 207 da mesma constituição, a autonomia para as universidades no que diz respeito às questões didático-científicas, questões administrativas e financeiras das instituições de ensino superior, além da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Gestão democrática, que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, implica no repensar da estrutura de poder nas Universidades Federais brasileiras, tendo em vista sua socialização, propiciando a participação coletiva, a reciprocidade, a solidariedade e a autonomia. (Aspectos do projeto-político pedagógico institucional nas universidades federais brasileiras, sem identificação)

Neste sentido, a gestão de uma instituição de ensino caracteriza-se como uma parte da instituição que possa garantir e estruturar as mudanças anunciadas, considerando que é algo a ser realizado por todos nos diferentes âmbitos de uma instituição, demonstrando assim a responsabilidade de todos na organização institucional.

3.2 Conceito de Políticas públicas

A proposta deste capítulo é estabelecer um diálogo a respeito de políticas educacionais e suas ações no ensino superior. Para tal debate é necessário, antes, fazermos um recorte da conceitualização de políticas públicas, visto que elas perpassam pelos vários setores da sociedade, que são saúde, previdência social, segurança pública e educação, sendo este último foco desta pesquisa. Então, ao procurar a origem do conceito de políticas públicas, foi possível perceber que ele origina-se das áreas Política e Administrativa, mas pode adaptar-se, como mencionado acima, a áreas diversas, permitindo, dessa forma, a participação de uma equipe transdisciplinar, estabelecendo uma relação entre campos diferenciados.

Trabalhando ainda com o conceito de políticas públicas, descrito por Giugliani, (2007, p. 06) é possível entendê-las como um conjunto de ações e decisões do estado para solucionar problemas que, em um dado momento, os cidadãos e o próprio governo de uma comunidade política consideram prioritários ou de interesse público, que irão produzir efeitos específicos, bem como um exercício de diálogo intersetorial. Tais efeitos podem ser observados na modificação da estrutura de um âmbito social e dizem respeito à estrutura e finalidade a que se destina as ações do estado em relação a vida dos cidadãos, considerando seu caráter público.

Através da leitura do conceito de políticas públicas, descrito por Giugliani (2007), tem-se que as políticas públicas são um meio de proporcionar à sociedade um momento de diálogo acerca de suas necessidades, neste caso, a educação, considerando-as ferramentas que permitem aos cidadãos terem acesso a seus direitos e, também, às propostas da educação na sociedade, e neste caminho encontram objetivos e metas que tem por intuito melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Há algum tempo, essas ações estruturadas visando o bem estar social, eram vistas como algo estabelecido por uma instância maior, o Estado, que orientava o caminhar de uma população exercendo uma função reguladora com o intuito de, segundo Abreu (1993), atender as reivindicações dos grupos de subordinados. Tal percepção que remete à função reguladora do Estado aparece no contexto dos séculos IX e XX que, ainda, segundo Abreu (1993) “foram cristalizadas pelo senso comum, entendendo o estado como um “grande pai””.

No entanto, atualmente, quando referimo-nos às políticas públicas, estamos falando das mediações político-institucionais e das relações dos diferentes atores presentes no processo histórico da sociedade, vista também como ferramenta de atuação do cidadão, em que ele pode ser responsável pelos caminhos que a sua vida pode trilhar na sociedade considerando suas múltiplas instâncias, no caso específico deste trabalho, a educação.

Assim, segundo Abreu (19993):

[...] políticas públicas são implementadas por atores políticos através de instituições públicas, em geral agências estatais. Podem ser iniciativas de governantes ou governados, conjunturais (provisórias e emergenciais) ou estruturais (reguladoras de processos sociais e estruturadoras da sociedade como educação, saúde, previdência, etc.) universais (voltadas para toda a sociedade e cidadãos sem exceções) ou segmentarias (dirigidas para determinadas classes ou grupos sociais). (p.8). (grifo meu)

Logo, as políticas públicas não são apenas ações unilaterais, mas referem-se a uma demanda que parte tanto da sociedade de forma ampla, como de agências governamentais configurando-se como ações oriundas de uma meta cuja prioridade está no movimento de evolução da sociedade.

Neste sentido, as políticas educacionais constituem uma parte das políticas públicas atendendo a uma determinada parte do todo: a educação.

A educação, como um processo dinâmico e abrangente, está presente desde a primeira infância, como na educação infantil, até a vida adulta, no ensino superior. É importante considerarmos que para a sua ocorrência há a necessidade de contextualizar o momento em que se encontra, visto que ao ser direcionada a humanidade identifica-se uma margem de transformação em que o homem é agente

principal de tal processo, ou seja, está com ele a capacidade de modificar a situação em que se encontra.

Ainda sobre a educação, é pertinente pensar nas suas diferenças, ou seja, nas etapas e níveis educacionais, contextualizados às discussões, medidas e ações direcionadas à educação, pensando que cada nível tem uma particularidade. Tomemos como exemplo o ensino superior, que difere das demais instituições de ensino no que se refere à autonomia, organização e produção, bem como seu papel na sociedade como uma instituição social que, de modo determinado influencia a sociedade, ao tempo que também recebe dela elementos para sua produção.

E assim, para que se possa definir a política educacional é necessário levarmos em consideração o papel que cada nível da educação exerce socialmente, bem como termos atenção quanto a definição de uma política educacional, e segundo Martins (1993, p. 08):

A política educacional também não pode receber uma definição terminal. Como processo, ela se revela em cada época histórica, em cada contexto, em cada momento dado da organização dos seres humanos em uma ou várias formas concomitante da ação humana, com uma dinâmica, uma força motora própria, que a impulsiona e dita sua relação com as demais esferas do mundo social.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a distinção de política pública e plano de governo, ou seja, as políticas públicas são as ações provenientes de instituições públicas, agências estatais e de suas relações com os diferentes grupos sociais. Já os planos de governo, ou políticas governamentais, dizem respeito às propostas eleitorais que podem transformar-se em políticas públicas ou não, dependendo das necessidades sociais e da atuação do próprio cidadão considerando-o como ator político e um dos responsáveis de como elas podem ser administradas visando o bem estar de sua comunidade.

Neste sentido, há que se indagar se realmente as políticas públicas representam as necessidades reais de uma população e, no caso específico, as necessidades da educação, que mediante as transformações sociais também passam por um processo de metamorfose e que:

[...] uma política educacional não constitui-se em algo estático, mas plasmado pelo contexto no qual surge e sobre o qual desenvolve-se. Tampouco pode-se afirmar que uma política educacional depende exclusivamente de um governo, pois demandas outras podem interferir no curso planejado ou mesmo determinar o ensejo de uma política educacional. (ESQUINSANI, et al, 2006, p. 20)

Assim, pensar as políticas públicas educacionais por esse prisma, dinâmico, possibilita compreender que as práticas sociais em seus diferentes âmbitos exercem influência na constituição das políticas públicas educacionais pressupondo um movimento, em que as ocorrências da sociedade são refletidas no sistema de ensino e vice-versa.

3.2.1 As políticas e a legislação para a inclusão

Com uma breve descrição sobre o conceito de políticas públicas e suas multifaces, dentre elas as políticas para a educação brasileira, ficamos instigados a conhecer algumas das propostas de políticas públicas direcionadas para a educação, mais precisamente, para a inclusão educacional que, vem demonstrando amplo debate dentro e fora do ambiente educacional e em todos os seus níveis de ensino.

Neste sentido, este espaço da pesquisa tem como proposta debater a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e suas prerrogativas para que tal processo se efetue no âmbito do ensino superior, assim como os caminhos legais existentes para a realização de um processo de inclusão numa instituição de ensino superior, bem como os decretos (5.296), leis (LDBN 9394/96) e portaria (nº 3.284), existentes como orientadores para a promoção de inclusão e acesso de acadêmicos com necessidades educacionais especiais.

Através da definição dos sujeitos com necessidades especiais contemplados pela política nacional, esta tem em seu objetivo principal:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; [...] (MEC, 2008) (grifos do autor)

No objetivo da referida política, encontramos rapidamente citados os sujeitos denominados público alvo, bem como o objetivo a que tem em relação a inclusão dos mesmos no sistema educacional. Também percebe-se itens que descrevem à respeito do ensino superior, em que traz como um dos objetivos o acesso ao ensino regular estendendo-se aos níveis mais elevados de ensino, considerando dessa forma o ensino superior.

E quanto ao público-alvo especifica que:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros [...]. (BRASIL; MEC, 2008).

Assim, a política inclusiva (2008), demonstra quem são os sujeitos a quem se destinam as ações de promoção da inclusão educacional, mas também deixa claro que para haver a implementação de uma atuação inclusiva, é necessário levar em consideração o contexto a que tais sujeitos estão inseridos, afim de não apenas categorizá-los, levando-os a exclusão, mas sim buscar dar-lhes condições para que possam sentir-se envolvidos em seu processo de formação educacional.

Ao pensar sob essa perspectiva, a indagação acerca de como esse processo se efetiva no contexto do ensino superior causa-nos inquietação, pois o âmbito do ensino superior apresenta diferenças no que diz respeito a sua estrutura, bem como seu processo de ensino, ou seja, a formação profissional realizada no ensino superior exige um posicionamento do próprio sujeito frente a sua formação em conjunto com o professor que, o instiga a busca pelo conhecimento. Como podemos observar naquele ambiente, preparado para sujeitos que não possuem necessidades educacionais especiais, as ações sugeridas pela política inclusiva? Em seu texto a referida política (2008), traz como prerrogativa que:

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL; MEC, 2008)

Mediante tal política, como podemos entender este processo no ensino superior, considerando que as políticas públicas constituem ferramenta pela qual o cidadão pode gerenciar os movimentos que lhe dizem respeito? Uma primeira resposta pode ser considerada através do que a política inclusiva traz como prerrogativa para o acesso de alunos com necessidades especiais no ensino superior, ou seja, trata-se primeiramente de dar condições de acesso iniciando pelo processo seletivo, porta de entrada para os futuros acadêmicos.

Posteriormente, segundo a política, é necessário um levantamento dos acadêmicos com necessidades especiais, bem como suas especificidades e em seguida planejar ações que tenham por objetivo transpor as barreiras constituídas através de uma percepção histórica que se tem a respeito do espaço universitário e sua função como produtora de conhecimento.

Ainda, para corroborar com o discurso apresentado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), no que diz respeito ao processo de inclusão no ensino superior, é possível encontrar Leis e decretos que

articulam medidas de acesso e permanência de acadêmicos com necessidades especiais que, devem ser organizadas pelas instituições de ensino superior.

Antes da política supracitada, pode-se destacar outros documentos, dispositivos legais que, tem por intuito a promoção de um processo de inclusão e garantia de acesso ao ensino pelos estudantes com necessidades educacionais especiais. Desta forma, destaca-se primeiramente a Constituição Federativa do Brasil de 1988 que apresenta que em seu Art. 1º, incisos II e III o direito de TODOS à cidadania e a dignidade, ou seja, que os cidadãos tenham a oportunidade de acesso aos direitos básicos como, educação, saúde e segurança.

Ainda temos o art. 23, inciso II que dispõe a respeito da competência comum entre a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...] “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência” [...] (Brasil, 1988)

Quando se refere ao “cuidar”, entende-se por atentar para que os direitos das pessoas com necessidades especiais sejam garantidos e legitimados. Também sobre as atribuições do Estado no que diz respeito a educação das pessoas com necessidades especiais, no art. 208, inciso III “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (Brasil, 1988).

Há também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96, que define políticas para o ensino superior determinando sua finalidade, sendo esta a de estimular o pensamento científico e reflexivo, e divulgadora do conhecimento cultural e científico, bem como para a educação especial, definido-a como modalidade de ensino oferecida a estudantes com necessidades especiais.

Quanto ao acesso e permanência dos mesmos diz:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (Brasil, 1996)

Dessa forma, na prerrogativa desta lei, encontramos também uma determinação para a promoção de acesso de alunos com necessidades especiais ao que as

instituições de ensino realizam como construção de conhecimento. Assim ao pensar na acessibilidade é importante pensá-la como direito, que ocupa espaço nos processos sociais com o intuito de garantir a participação e acesso de todos nos ambientes e à materiais didáticos, proporcionando qualidade no ensino e na vivência dos alunos com necessidades especiais. Porém, somente a eliminação de barreiras físicas não é garantia de uma inclusão plena, há que se trabalhar de maneira contundente em relação às barreiras atitudinais, para que a compreensão do direito de acesso seja efetiva.

No que diz respeito ao ensino superior, encontramos a Portaria nº 3.284 que dispõe sobre os requisitos de acesso de pessoas com necessidade educacionais especiais ao ensino superior, incluindo as medidas de acessibilidade como requisito nos instrumentos de avaliação para a autorização, reconhecimento e credenciamento de instituições de ensino superior. Para o estabelecimento das condições de acessibilidade fica estabelecido através do parecer, que a Secretaria de Educação Especial prestará apoio técnico para o estabelecimento de medidas de acesso, considerando os aspectos arquitetônicos e dos materiais pedagógicos utilizados pelos cursos de graduação, e proporcionar ao docente do ensino superior a oportunidade do mesmo entender como proceder na avaliação diferenciada aos acadêmicos com NEE.

Em relação à acessibilidade também há o Decreto Lei 5.296 que se refere ao acesso de pessoas com necessidades especiais a órgãos e instituições públicas e privadas, bem como a prioridade de atendimentos das mesmas, no que se refere ao ensino de qualquer nível estabelece:

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

II - coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e

III - seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

§ 2º As edificações de uso público e de uso coletivo referidas no caput, já existentes, têm, respectivamente, prazo de trinta e quarenta e oito meses, a contar da data de publicação deste Decreto, para garantia de acessibilidade de que trata este artigo. [...] (Brasil, 2004).

Com efeito, o que pode-se observar em relação aos documentos apresentados é que o processo de inclusão independe somente de uma parte da sociedade ou do Estado, mas sim de uma múltipla ação, que demanda esforço de muitos para que haja a possibilidade de todos requererem a oportunidade de estudo e aprimoramento.

3.3 Projeto Pedagógico Institucional

A discussão levantada neste trabalho não teria fundamento algum se não fosse abordada a função do projeto pedagógico institucional visto que ele é considerado como um meio pelo qual a identidade de uma instituição de ensino superior é apresentada e sistematizada, ou seja, é um processo que resulta dos significados construídos socialmente. Tal construção apóia-se na trajetória historicamente construída, elaborando uma projeção de futuro, sendo assim instituída e instituinte.

Neste sentido, segundo Eyng (2007):

As marcas de identidade da instituição são delineadas e consolidadas no processo de elaboração e avaliação do PPI ao definir, formular a intencionalidade educativa e estabelecer os princípios e indicadores da ação institucional. O que se procura é que haja sintonia entre a proposição e a operacionalização do PPI, é que esse processo se desenvolva de forma coerente com o contexto institucional e social no qual a instituição está inserida. (Eyng, 2007, p. 163)

Sendo assim o projeto pedagógico institucional pode parecer, de maneira concreta, o “cartão” que identifica a forma como a instituição de ensino traça suas ações e segundo Antúnez (1998), configuram-se como:

Um conjunto de princípios, formulados em termos de definição institucional, que caracteriza a Instituição. Expressa qual é a postura do estabelecimento e suas decisões a respeito de determinadas convicções antropológicas, sociais, ideológicas e pedagógicas. Trata-se, em suma, de um conjunto de princípios diretivos que todos os membros da comunidade escolar deveriam ajudar a construir e interpretar dando-lhes significados compartilhados (Antúnez 1998, p. 22 *apud* Eyng, 2007, p. 163)

Então, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), busca indicar as marcas orientadoras da ação institucional. Para que ocorra tal intento é primordial que hajam discussões, com vistas a um amadurecimento das decisões que articulem as ações de ensino, pesquisa e extensão. Ainda para tal construto:

[...] é fundamental que todos os atores, na implementação da proposta, sejam autores na sua constituição, logo o princípio da participação é fundamental. O processo de planejamento e gestão da proposta formativa realizada de forma coletiva irá desenvolvendo o sentimento de pertença, gerando adesão, ou seja, configurando coletivamente a identidade da organização. (ibid, 2007, p. 32)

Neste sentido, evidencia-se que o processo de elaboração do PPI necessita de uma gestão educacional em que realmente haja a participação de todos os envolvidos, ou seja, professores, coordenadores de cursos e os alunos, pois, o projeto pedagógico é uma questão de relação entre a gestão e as políticas educacionais, tendo em vista às metas e ações fundamentadas no que as políticas públicas educacionais trazem como prerrogativas para a educação nacional, com base no que a sociedade necessita.

Ainda, destaca-se que as funções de um projeto pedagógico institucional, possibilitam apresentar a instituição à comunidade acadêmica, bem como pensar em promover um consenso no que diz respeito as diretrizes balizadoras da ação Institucional. Destaca-se também outras possibilidades importantes como, segundo Eyng (2007), a busca em promover uma orientação a construção e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação; servir de guia para

as ações de ensino pesquisa e extensão; articular o conjunto de ações institucionais, assim como orientar as decisões da gestão institucional.

Então, o PPI pode ser visto como um instrumento que desempenha um papel fundamental na tomada de decisão a cerca das ações realizadas por instituições de ensino superior, sendo este o de manter a coerência do conjunto de decisões referentes a atuação educativa da instituição a qual se refere. Assim pode-se dizer que é produto da “ação-reflexão-ação” coletiva (Eyng, 2007), sendo a construção conjunta de um processo que se aperfeiçoa, considerando que tudo ao entorno está em constante transformação.

[...] Neste sentido e, em conformidade com os artigos 12, 13 e 14 da LDB nº9394/96, a gestão do projeto da escola é de responsabilidade compartilhada, de maneira que todos os profissionais são gestores do seu projeto pedagógico. A gestão democrática, mediante a participação coletiva, é princípio que se aplica tanto ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI- quanto aos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC – na educação superior.

É importante também conhecer o fundamento contextual do projeto pedagógico institucional, sendo que é ele o articulador entre as necessidades e características advindas da transformação social aos aspectos próprios da instituição, ou seja, “[...] *a descrição e a análise do contexto social e institucional orientam o processo decisório. Permitem, ainda, atualizar, referendar ou corrigir decisões quanto ao processo educativo na instituição*” [...].(Eyng, 2007, p. 168)

Através do PPI, que será possível conhecer a Instituição de Ensino Superior, de forma sistemática e completa, pois sua construção deve trazer a estrutura de trabalho a qual a instituição articula suas ações, bem como sua fundamentação para as decisões a serem tomadas. É importante também, reconhecer que a Universidade como instituição social deve apresentar no seu PPI elementos que a identifiquem no contexto social em que estão inseridas, passando pelas transformações demandadas pela sociedade.

Neste sentido, ao apreciar o projeto Pedagógico institucional, foi possível reconhecer as relações que podem ser realizadas com o mesmo, partindo do pressuposto de que suas ações devem estar pautadas na democracia, bem como

acompanharem as transformações sociais. Neste sentido, há um constante questionamento: Como relacionar a inclusão educacional aos fundamentos de um projeto pedagógico de uma instituição de ensino superior, visto que o processo de inclusão educacional é uma realidade presente nos diferentes níveis da educação. É importante, segundo Álvarez (2004) *apud* Eyng (2007), através do PPI é possível:

- Harmoniza a diversidade, criando espaços de coerência e tolerância durante o processo de ensino-aprendizagem, mantendo sob controle as tendências desagregadoras que a diversidade provoca.

- Funciona como documento de referência, com base no qual irão concretizar-se e desenvolver-se todos os documentos subsequentes que sistematizam a vida escolar de uma instituição educacional.

- Garante a participação, ordenada e eficaz, de todas as categorias nas tomadas de decisão.

- Cria âmbitos de negociação para as tomadas de decisão, os quais fazem do trabalho consensual o método de gestão.

- Proporciona um modelo de auto-avaliação formativa, de caráter institucional, mediante negociação de indicadores de eficácia capazes de orientar a auto-regulação do funcionamento institucional. (Álvez 2004 p. 17-20 *apud* Eyng 2007, p. 166)

Assim, como as políticas nacionais de educação especial reforçam a necessidade da educação especial, o projeto pedagógico institucional deve proporcionar que o processo de inclusão aconteça na proposta de harmonizar a diversidade presente no ambiente educacional, no ensino superior.

3.4 Processo de inclusão educacional

É difícil deixar de abordar sobre o processo de inclusão educacional numa investigação como esta, considerando que tal pesquisa aborda em seu título, questões ligadas a educação, bem como a inclusão educacional. Neste sentido, faz-se necessário realizar uma discussão a cerca do processo de inclusão educacional, pensando no contexto do ensino superior.

Ao se pensar em inclusão educacional, é importante percebê-la como um processo, em constante transformação, tendo em vista que é realizada no contexto

educacional, feita por seres humanos, para seres humanos, que em sua essência passam a todo tempo por mudanças, encontrando-se sempre em processo.

Diante de tal reflexão, busquemos pensar que a inclusão tem segundo Rodrigues (2006) “como palco contextos complexos e frequentemente adversos com os quais devemos estar preparados para interagir”. Por este sentido é preciso pensar que a inclusão deve ter por princípio fundamental, a rejeição à exclusão, de qualquer aluno, em todos os âmbitos da educação, desde o ensino básico ao ensino superior. Tal reação frente à exclusão tem sua materialização a partir do momento em que se busca derrubar as barreiras que impedem a ocorrência do processo inclusivo.

Neste sentido ao pensar numa instituição de ensino inclusiva, neste caso específico, numa universidade inclusiva é necessário iniciar um processo de construção de uma universidade diferente, para todos. Mas para que isso ocorra é fundamental utilizar-se de caminhos pedagógicos diferenciados, pensando na promoção da elaboração de um conhecimento acessível a todos.

Neste sentido é possível valer-nos da promoção de acessibilidade, ou segundo Costa-Renders (2007) eixos de acessibilidade, como caminhos para a promoção de uma Universidade Inclusiva.

Os caminhos considerados importantes para a promoção de inclusão no ensino superior, podem ser denominados caminhos pedagógicos, os quais buscam valorizar as diferenças, convertendo o olhar das classificações para as relações, pensando que todos são diferentes. Ainda, é possível falar que há a diferença incluindo a de objetivos e de caminhos, no que diz respeito as questões de aprendizagem, bem como caminhos educativos.

Assim, pensar na inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na universidade configura-se como um desafio, ou seja, é preciso construir caminhos acessíveis, rompendo com barreiras (físicas, comunicacionais e atitudinais), promovendo, segundo Costa-Renders (2007):

Uma universidade inclusiva construindo novos e diferentes caminhos que possam ser percorridos pelos diferentes aprendizes (construção de uma cultura inclusiva no ambiente acadêmico). (p.16)

Neste sentido, para falarmos em inclusão é necessário o compromisso de todos os envolvidos na sistematização do ensino, ou seja, gestores, docentes e discentes, pois (Ibid, 2007, p. 18):

[...] a inclusão é um processo contínuo de construção comunitária- no sentido de criar as condições de acesso aos ambientes educacionais. Tal percepção exige a partilha de conhecimento e a relação cooperativa na gestão do ambiente educacional, sempre considerando a diversidade e evitando a desconsideração das singularidades dos aprendizes.

Sendo assim, para a construção de um processo inclusivo na universidade faz-se necessário a efetivação de um diálogo contínuo estabelecendo uma rede de relações entre as diferentes áreas de atuação, sendo elas coordenação de cursos, docentes, discentes direção, bem como o projeto pedagógico institucional.

4. ENCAMINHAMENTOS DA PESQUISA

A construção metodológica de uma pesquisa caracteriza-se como parte fundamental da realização de uma investigação, visto que através dela o leitor toma conhecimento dos passos percorridos pelo pesquisador, bem como sua abordagem. Ainda, pode-se dizer que a metodologia de uma pesquisa científica é a lógica dos procedimentos científicos, tendo como função ajudar a explicar os produtos da investigação, mas também de ferramenta para o alcance dos objetivos.

A pesquisa científica pode ser classificada quanto à forma de abordagem do problema podendo ser quantitativa ou qualitativa. Neste sentido, a pesquisa de abordagem qualitativa, traz consigo uma relação entre o sujeito e o mundo real, não tendo por finalidade a quantificação, mas sim o entendimento de fenômenos sem o uso de técnicas ou fenômenos.

Assim esta proposta de pesquisa segue os preceitos metodológicos de uma abordagem qualitativa, permeada por considerações teóricas e sociológicas, com a intenção de buscar conhecer e identificar uma realidade social atentando para a influencia das políticas públicas nas medidas de acessibilidade e permanência (inclusão) dos alunos com necessidades educacionais especiais, no âmbito do ensino superior.

Como pesquisa qualitativa, defini-se ainda como uma investigação do tipo estudo de caso que, Segundo Lüdke e André (1986):

[...] a pesquisa de tipo estudo de caso apresenta algumas características como: Possibilitar a descoberta, buscar a interpretação em um contexto e retratar a realidade de forma completa e profunda, ainda ressalta que, quando trabalhamos com um estudo de caso, há um interesse naquilo que é único.

Ainda, pode-se afirmar que é um tipo de pesquisa no qual um caso (fenômeno ou situação) individual é analisado em profundidade para obter uma compreensão ampla a respeito de outros casos similares. Portanto esta pesquisa busca estudar as relações entre o ensino superior e o processo de inclusão.

Os estudos de caso descritivos procuram apenas apresentar um quadro detalhado de um fenômeno para facilitar a sua compreensão, pois não há a tentativa

de testar ou construir modelos teóricos. Na verdade, esses estudos constituem um passo inicial ou uma base de dados para pesquisas comparativas subsequentes e construção de teorias. Os estudos de caso interpretativos também utilizam a descrição, mas o enfoque principal é interpretar os dados num esforço para classificar e contextualizar a informação e talvez teorizar sobre o fenômeno, neste sentido esta pesquisa configura-se, também, como descritiva.

O sujeito desta investigação é a Universidade Federal de Santa Maria, tendo como objetivo para este estudo, conhecer e descrever o quanto, e como ocorre as relações entre o projeto institucional, políticas educacionais inclusivas, gestão educacional e a inclusão nesta instituição de ensino superior.

Assim, para a realização deste estudo qualitativo elenca-se como instrumento a análise documental, sendo o Projeto Pedagógico Institucional documento importante na análise, pois, caracterizado como mencionado no capítulo 3, item 3.2, identidade de uma instituição, deve conter em seu texto normas e orientações para a efetivação do processo de inclusão na instituição de ensino superior.

Para estabelecer uma relação entre os diferentes âmbitos componentes de uma instituição, foi necessário conhecer o conceito de Projeto Pedagógico Institucional, de gestão educacional, e para fundamentar, de maneira sólida, utilizou-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e também os inúmeros decretos de lei, que legitimam a inclusão educacional, em todos os âmbitos da educação.

Esses conceitos foram importantes elementos de ligação entre a inclusão e o ensino superior, sendo vistos como caminhos políticos institucionais para a efetivação da inclusão educacional na instituição investigada.

A análise da documentação que explicita o registro das medidas de acessibilidade na UFSM é imprescindível, no sentido de identificar e contextualizar tais articulações, pensando na transformação ocorrida socialmente, em que a educação, seja ela qual nível for, é direito de todos. Sendo assim, para a análise dos dados foi utilizado o Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal de Santa Maria

4.1 ANÁLISE

No decorrer da pesquisa aqui apresentada, foi possível perceber o quanto o processo de inclusão permeia as discussões do ensino, mas até então tal discussão pertencia, principalmente aos níveis de ensino básico e fundamental, dando a perceber que tal movimento era pouco debatido no âmbito de educação superior.

Também observa-se uma pertinente preocupação dos âmbitos que compõem o sistema de um ensino, ou seja, no que se refere ao Projeto Pedagógico há uma relevante consciência de que uma instituição de ensino deve acompanhar as transformações sociais, bem como contribuir para tal processo. No que se refere a gestão educacional, observa-se uma busca pela realização do que as políticas públicas educacionais trazem como prerrogativas de ações que contemplem as necessidades sociais de todos.

Neste sentido, pensando nos objetivos desta investigação buscou-se como elemento de análise alguns documentos importantes para a Universidade Federal de Santa Maria. Tal escolha se dá em função da busca por descrever, e ao descrever, informar, levar ao conhecimento de todos, como tal instituição organiza suas ações para a promoção do acesso de alunos com necessidades especiais em função do processo de inclusão.

Assim começamos com o Projeto Pedagógico Institucional da referida universidade. O documento data do ano de 2000, sua elaboração contou com a participação dos seguimentos da instituição, ou seja, docentes, discentes e funcionários. Tem sua estrutura sistematizada em quatro partes, sendo elas:

- Elementos Fundamentais:

Exposição geral que pretende, sinteticamente, indicar desafios colocados para a instituição no que se refere às suas relações com o contexto em que se situa;

- Estratégias referentes às condições de implementação: práticas e propostas:

É composta de quatro segmentos, em que são apresentadas estratégias que permitem colocar em prática orientações fundamentadas conceitualmente na parte anterior.

- Projeto Político-Pedagógico de curso:

Consiste em uma relação de cinco princípios gerais, referentes à concepção filosófica e pedagógica que deve presidir a elaboração de currículos de cursos.

- Resolução n. 017/2000:

Dispõe sobre este Projeto Político-Pedagógico Institucional, propondo diretrizes, regulamentações e encaminhamentos para as perspectivas de ação na Universidade, tendo em conta as suas condições de trabalho e seus horizontes de transformação. A Resolução contempla demandas prioritárias, integra temas fundamentais em um conjunto de orientações articuladas, e incentiva a interação entre os diversos segmentos da instituição. (PPI UFSM, 2000, p. 12-15)

Observa-se então, que mediante tal organização o PPI da Universidade federal de Santa Maria (UFSM), dispõe sua estrutura primeiramente apresentando os elementos fundamentais de caracterização de sua identidade, bem como seus principais desafios. Assim, a Instituição referida nesta investigação, apresenta sua concepção de conhecimento, bem como seu dever no que diz respeito a sua atuação social, assim:

As concepções de conhecimento que podem permitir à Universidade cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de conhecimento, com ponderação e rigor. (p.18)

Mediante tal intenção, é possível reconhecer que a instituição demonstra o desejo de que suas ações, enquanto instituição de ensino, sejam reconhecidas no contexto comunitário a que pertence, demonstrando que o conhecimento é direito de todos, e que o mesmo, tem papel fundamental na transformação social. No que diz respeito às propostas de um projeto pedagógico consciente, estabelece para a instituição que:

O Projeto Político-Pedagógico da Universidade, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. (p.19)

Neste trecho, observa-se a intenção da instituição, em atender as necessidades da comunidade acadêmica, no período de construção deste documento, já haviam fervorosas discussões a cerca da inclusão, que tem como princípio básico atender as

demandas com o intuito de diminuir as desigualdades. Reconhecendo a constituição individual de cada ser.

Sua percepção em relação ao corpo discente é de que:

Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. (p. 22-23)

Ao reconhecer o sujeito por sua capacidade de atuação, demonstra confiança no potencial do mesmo, percebendo-o como sujeito atuante no contexto em que sobrevive.

No que diz respeito aos cursos de graduação, estabelece que cada curso deve apresentar suas diretrizes, bem como sua organização, dessa forma acredita que:

A redação de um projeto político-pedagógico permite apresentar publicamente os princípios norteadores do funcionamento do curso, e contribui para organizar as atividades dentro de orientações coerentes e fundamentadas. Pretende dar coerência às relações entre áreas de atuação do curso, estratégias pedagógicas, estrutura curricular, elenco de disciplinas, qualificação docente e métodos de avaliação. (p. 34-35)

Ainda, em busca de uma coerência entre os diferentes cursos da instituição, estabelece uma articulação entre os projetos Pedagógicos, afim de que as orientações de cada curso sigam também as recomendações gerais.

Assim, estabelece que:

É necessária a articulação entre Projetos Político-Pedagógicos e Reformas Curriculares, de modo que as orientações gerais do Curso estejam em coerência com os princípios de implementação do currículo. Essa coerência assegura que a ordenação dos conteúdos corresponda a uma expectativa de formação profissional, em que competências e habilidades sejam claramente desenvolvidas. (p.38)

Tal unidade nas diretrizes possibilita a busca de uma inclusão, pois por intermédio dessas ações, torna-se possível estabelecer de forma geral medidas

inclusivas, que devem ser adotadas por todas as unidades, a fim de estabelecer uma concordância no “fazer” inclusão, de uma instituição de ensino superior tão ampla.

No que se refere propriamente às medidas de acessibilidade e inclusão, o Projeto Pedagógico Institucional da UFSM não apresenta nenhuma referencia, mas é possível perceber que, por mais que não haja menção direta à proposta da instituição, é que a todos os sujeitos seja ofertado ensino superior público. No entanto, por mais que não haja alusão direcionada no próprio documento há na instituição outros documentos de relevante importância que destacam uma ação inclusiva, atentando para as demandas que as Políticas educacionais inclusivas denotam. Dentre os documentos pode-se referenciar o Plano de Desenvolvimento Institucional (2006-2010) e o Plano de Gestão (2010-2013), que fazem referencia a promoção de acessibilidade conforme consta na Política Nacional de Educação Especial (2008), mas não estabelecem caminhos específicos para a realização do acesso, mas sim mencionam a necessidade de se atentar para as necessidades existentes.

Além destes é possível encontrar o projeto do Núcleo de Apoio à pessoa com Deficiência, Altas Habilidades/Superdotação e Surdez que conta com uma comissão composta por representantes de todos os centros de ensino, biblioteca central, pró-reitorias e DCE. Tal comissão atua como mediadora entre o núcleo e as necessidades especiais apresentadas pela comunidade universitária com deficiência, Altas habilidades e surdez.

O objetivo deste núcleo é dar condições de acesso às pessoas com necessidades especiais, atendendo a alunos, professores e servidores técnico-administrativos. As competências desse núcleo estão em sensibilizar a comunidade acadêmica quanto às barreiras atitudinais, bem como adequar os ambientes as necessidades da pessoa com alguma necessidade educacional especial, encaminhamento de tecnologias e equipamentos direcionados ao atendimento das necessidades.

Assim, por mais que não haja uma descrição especificamente no projeto pedagógico institucional, sobre as condições de acesso e inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais, a gestão da instituição buscou organizar tais medidas, demonstrando que, assim como o PPI, desempenha sua função, ou seja, busca com a comunidade acadêmica soluções e medidas que tenham por intuito dar condições de acesso ao conhecimento a todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa, muitas são as indagações que ficam, pois o processo de inclusão, conforme mencionado anteriormente, configura-se como um ato complexo, que se opõe a proposta de um ensino tradicional, voltado somente para as classificações. A proposta de educação Inclusiva vai além do discurso sobre diferentes e diferenças, ela busca reconhecer as características particulares dos sujeitos aprendizes, bem como dar condições de que eles aprendam, considerando suas particularidades.

Neste sentido, como então pensarmos numa instituição de ensino superior que contemple as diferenças? Talvez, a resposta esteja como pudemos vislumbrar no decorrer deste trabalho, no planejamento, na organização das diretrizes estabelecidas pelas instituições de ensino, ou seja, é articular as ações de ensino, com a proposta de educação inclusiva, incluindo-a como diretriz a ser estabelecida. É buscar, também, planos de gestão que determinem a todos participação no processo de inclusão, entendendo que este compromisso é de todos os âmbitos da educação, partindo do macro para o micro e deste último ao primeiro, percebendo que o trabalho é cíclico mediante as respostas que a gestão educacional recebe das instituições de ensino, e o retorno que a mesma fornece as escolas, universidades e etc.

Assim, como caminhos para chegarmos a uma universidade inclusiva encontramos a acessibilidade, que busca transpor as barreiras que foram construídas historicamente no processo de construção do sistema educacional brasileiro.

Por fim, é possível inferir que tais caminhos proporcionam o rompimento de amarras e leva-nos a percepção clara de que ao eliminarmos as barreiras perceberemos que todos apresentam potencialidades e dificuldades, que dependem somente da perspectiva adotada.

6. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. D. A . & LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL. MEC/SEESP: **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2008.

_____. MEC: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Disponível em

BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.). **Educação Especial: Diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CASTANHO, D. M. **Política para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: Um estudo de caso em instituições de ensino superior**. Dissertação de Mestrado. UFSM, 2007.

COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. **Eixos de Acessibilidade: caminhos pedagógicos rumo a universidade**. In: Inclusão: Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, edição: julho de 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade?** In: Revista Brasileira de Educação, n.28, p. 164-173. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, edição: Janeiro-Abril de 2005.

GIUGLIANI. **Psicologia e políticas públicas**. In: Entrelinhas: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ano VIII(38), p.6-7, 2007.

GUIRALDELLI, Junior Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006. 2. ed.

DRABACH, Neila Pedrotti **Dos Primeiros escritos sobre Administração Escolar no Brasil aos escritos sobre Gestão Escolar: mudanças e continuidades**. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.258-285. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/drabach-mousquer.pdf> acesso: 29 de agosto de 2010.

Libâneo, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Laura Ceretta. **In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão**. IN: Revista Educação Especial, n.25, p.37 – 45, 2005.

PELLEGRINI, C. M. **Ingresso, Acesso e Permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-RS**. Dissertação de Mestrado. UFSM, 2006.

RODRIGUES, D. **A inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva**. Revista do Centro de Educação (UFSM), V.23, p?, 2004.